

UMA ANÁLISE DO DISCURSO CONTRA- HEGEMÔNICA. INTERSECCIONALIDADE CRÍTICA E PLURIVERSALIDADE DECOLONIAL¹

Marie-Anne Paveau*
Université Sorbonne Paris Nord

Tradução de Leticia Santana Gomes e Julia Lourenço**

Ange-Marie Hancock [...] conta seu espanto durante um colóquio, quando ficou surpresa ao ouvir um colega citar Foucault em vez de Hill Collins sobre o conceito da matriz de dominação. Quando ela lhe contou como se sentia, a colega se justificou dizendo que “ela prefere Foucault”. Para parodiar esta senhora, e para colocá-lo de forma um pouco provocativa, este livro também se baseia no princípio de que, sendo todas as coisas iguais, não, não se tem o direito de “preferir Foucault” (Soumaya Mestiri, *Elucidating Intersectionality. As razões do feminismo negro*).

¹ Tradução de: PAVEAU, Marie-Anne. Une analyse du discours contre-hégémonique. Intersectionnalité critique et pluriversalité décoloniale. *Langage et Société*, 178 /1, 2023.

* Professora de ciências da linguagem na Université de Sorbonne Paris Nord. Atualmente trabalha em uma releitura crítica das teorias do discurso francesas a partir das epistemologias do sul. Entre outros, é autora dos livros *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição* ([2006] 2013); *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas* ([2013] 2015) e *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* ([2017] 2021). E-mail: ma.paveau@orange.fr.

** Respectivamente: Doutora em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG e com estágio doutoral na Université Sorbonne Paris Nord. E-mail: leticiasantanag@gmail.com; Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora de pós-doutorado na mesma instituição. E-mail: julialourenco@alumni.usp.br.

As noções de interseccionalidade e de decolonialidade são atualmente mobilizadas na França dentro das Ciências Humanas e Sociais, bem como nos debates e polêmicas midiáticas. Sua disponibilidade social, política e militante faz deles pontos de tensão importantes na universidade, nas mídias e até nos ministérios responsáveis pelo ensino secundário e superior francês. As publicações francesas sobre a interseccionalidade, já numerosas desde os anos 2010, estão se multiplicando, e é notável que três trabalhos de síntese surgiram recentemente: Lépinard e Mazouz (2021), uma edição coletiva de bolso, Boussahba, Delanoë, Bakshi, 2021, e a tradução do clássico de Bilge² e Collins (2022). A noção de decolonialidade, menos compreendida na França, está, no entanto, mostrando sua vitalidade por meio do feminismo decolonial (VERGÈS, 2019; MESTIRI, 2020), das jornadas de estudos e dos seminários (“Seminário sobre abordagens pós-coloniais” organizado por Kleiche-Dray e Ramel, desde 2019, ou sobre “Perspectivas decoloniais de Abya Yala”, realizado em 2021, por Kleiche-Dray e Quiroz), ou edições de revistas (*Possibles*, em 2019, *Multitudes*, em 2021)³.

Dentro dessa atividade científica e polêmica, a linguística e particularmente a Análise do Discurso (AD) ainda estão ausentes, pois a linguística social, que recentemente integrou a noção de gênero (CHETCUTI; GRECO, 2012; GRECO, 2014; 2015; MARIGNIER, 2016, 2020; HUSSON, 2018a e b; PAVEAU, 2018), ainda não incluiu estas duas correntes/noções em sua agenda epistemológica e teórica. Gostaria de mostrar, aqui, que a interseccionalidade e a decolonialidade, no entanto, podem ter ricas contribuições à teoria do discurso: elas estão no centro dos paradigmas de pesquisa que lhes dizem respeito diretamente e podem contribuir para o seu dinamismo teórico, se descentralizando de seus referenciais teóricos hegemônicos e descompartmentando seus procedimentos metodológicos.

Meu empreendimento é modesto e se limita aqui a lançar as bases para a reflexão e dar exemplos de noções a serem retrabalhadas ou elaboradas, que integrariam essas duas dimensões. Ao fazê-lo, dou continuidade ao trabalho epistemológico realizado desde *Les prédiscours* em 2006, no que diz respeito à questão da realidade e dos ambientes materiais (PAVEAU, 2012; 2017), e mais amplamente à desconstrução dos dualismos e à elaboração de uma pós-linguística, baseada em uma forte situação empírica dos discursos e do conhecimento dos sujeitos e seus analistas (PAVEAU, 2019). Também estendo meu questionamento epistemológico sobre gênero na AD na França (PAVEAU, 2018), inscrevendo-me na discussão aberta por Marignier a partir da noção de agência (MARIGNIER, 2020). Meu objetivo também é reforçar a dimensão emancipatória da AD, considerando-a como uma prática científica contra-hegemônica⁴.

Em primeiro lugar, situo a forma como mobilizo as noções de interseccionalidade e de decolonialidade, mostrando o que elas permitem à AD *fazer*, teórica e metodologicamente, a mais, de novo e de emancipatório. Descrevo, então, os contornos do que seria uma epistemologia alternativa, baseada na descentralização do conhecimento, métodos e tecnologias intelectuais do campo. Finalmente, proponho a noção de colonialidade do discurso, o que nos permitiria retrabalhar as questões de nomenclatura e de subjetividade.

1 SITUAÇÕES: “PREFERIR CRENSHAW”

Concordo com o comentário de Mestiri no título: os teóricos hegemônicos, como Foucault nas ciências sociais como um todo, mas também com Pêcheux e Bakhtin, na AD, não podem e não devem ser mobilizados sobre propostas às quais são teórica, política ou experimentalmente alheios. Isso significa que o valor geral dessas teorias e seu alto grau de aplicabilidade a qualquer realidade empírica, independentemente de sua situação espacial ou temporal, é questionável, pois elas são o produto da imposição de normas

² Neste artigo eu me refiro aos pesquisadores apenas por seus sobrenomes, em nome da igualdade em relação às referências de forma [autor-data]. Retorno a esta questão em 2.3. Meu texto está escrito no feminino genérico: a chamada forma não-marcada está no feminino e uma forma masculina indica um referente masculino.

³ Um colóquio dedicado aos estudos decoloniais foi realizado em 2015, em Lyon 2, “Colloque d'études 'décoloniales' : déplacements épistémologiques du pouvoir, de l'être et des savoirs”, cujo status ainda confidencial é marcado pelas vírgulas invertidas no termo.

⁴ Quando escrevi este artigo em 2021, usei o termo contra-hegemônica para situar meu trabalho crítico, mas ele implica a reconstrução de um corpo de saberes que corre o risco de substituir uma hegemonia por outra. Acredito ser mais pertinente empregar o termo não-hegemônica, que preserva a pluralidade das abordagens críticas propostas.

ocidentais, brancas, e muitas vezes masculinas de conhecimento a partir de um poder de natureza política e não a partir do único critério de validade científica.

Para questões relacionadas à interseccionalidade, gênero e opressão racial, status minoritário, marginalidade, colonialidade, parece-me que devemos, portanto, “preferir Crenshaw”⁵, ou seja, as teóricas mulheres que originaram essas noções e trabalham nas epistemes que as acolhem, em vez de conduzir as teóricas hegemônicas pelo prisma de uma episteme que não é a delas. Como Lorde coloca em uma máxima agora clássica, “as ferramentas do mestre nunca destruirão a casa do mestre”⁶, um princípio ainda mais aplicável no trabalho que lida com o poder e a dominação. O aspecto radical dessa posição epistemológica é bastante heurístico e serve, acima de tudo, como uma salvaguarda para evitar um aplicacionismo, que é cientificamente ingênuo (fazendo com que ferramentas inadequadas ao objeto a ser tratado trabalhem), e politicamente questionável (renovando as hegemonias ad *infinitem*). Parto, portanto, do princípio de que a pesquisa em linguística implica na construção de epistemes, dispositivos teóricos e metodologias de análise a partir dos ambientes em que os pesquisadores evoluem, sendo os *ambientes* entendidos no sentido ecológico das situações, de acordo com todas as dimensões da vida humana (classe, gênero, sexualidade, raça, saúde, idade). *Construir*, não *herdar* ou *aplicar*, o que não impede o consentimento ou a crítica ao trabalho existente, o que garante a cumulatividade necessária da pesquisa. Esse princípio também se aplica, sobretudo, às mulheres falantes em nossos *corpora*, que também desenvolvem seu discurso e seus “modos de falar” e de fazer as coisas de acordo com seu ambiente de vida e social, que devemos integrar plenamente em nosso trabalho, e não empurrar de volta para o domínio da “extralinguística” ou dos “exteriores do discurso”, ao qual voltarei mais tarde. Explico agora o que significa exatamente “preferir Crenshaw”, e o que é minha versão de interseccionalidade.

1.1 OS QUATRO ESTÁGIOS DE INTERSECCIONALIDADE

A história intelectual da interseccionalidade foi agora estabelecida e nos referimos à Bacchetta (2015) para uma descrição informada de suas diferentes versões, Nash (2019) para detalhes de sua genealogia entre as mulheres negras pesquisadoras e intelectuais, desde o século XIX, e Quemener (2020) para um resumo de suas origens e sua evolução. Para ir mais breve, apresento quatro versões de interseccionalidade.

As primeiras propostas estadunidenses articulando gênero e raça emergem do discurso da Verdade Abolicionista e ativista feminista em 1851 (“Ain’t I a Woman?”) e se inscrevem na obra do professor e ativista Cooper, *A Voice from the South*, publicada em 1892 (COOPER, 1990). Du Bois (1903) levantou a questão da intersecção de opressões no início do século XX (DU BOIS, 1903; 1920). Nos anos 60, a noção de “*double jeopardy*” (o “duplo fardo” de ser uma mulher e uma mulher negra⁷), proposta por Beal, em 1969, e assumida como “*multiple jeopardy*”⁸ (ameaça múltipla) por King, em 1988, já eram formulações de interseccionalidade (BEAL, 1969; KING, 1988).

Em uma segunda fase, muitas vezes apresentada como a primeira, a palavra e a noção de interseccionalidade aparecem na imagem da encruzilhada, nos dois artigos fundadores da Crenshaw (CRENSHAW, 1989; 1991). Nesses artigos, ela responde à invisibilização das mulheres negras no feminismo branco estadunidense na época, e explica que as opressões de gênero e raciais estão entrelaçadas e se modificam mutuamente. Essa versão de interseccionalidade encontra suas origens na questão da raça, que seus desenvolvimentos na pesquisa feminista europeia apagaram um pouco (BILGE, 2015; 2016, FASSA; LÉPINARD; ROCA I ESCODA, 2015; LMADANI; MOUJOURD, 2012). As críticas são rapidamente dirigidas à noção: a natureza indefinida da categoria

⁵ Utilizo, aqui, o nome *Crenshaw* como um protótipo e não como uma referência singular, porque a doxa o associa à invenção da interseccionalidade; veremos que esta genealogia é agora contestada.

⁶ “(Pois) as ferramentas do mestre nunca desmontarão a casa do mestre”. Audre Lorde fez esta observação em uma conferência em Nova York, em 1979, sobre o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (LORDE, 2003).

⁷ Adoto a tradução proposta em Bilge (2010).

⁸ O múltiplo tem um significado dinâmico, não adicional: “O modificador ‘múltiplo’ refere-se não apenas a várias opressões simultâneas, mas também às relações multiplicativas entre elas. Em outras palavras, a formulação equivalente é racismo multiplicado pelo sexismo multiplicado pelo classismo” (KING, 1988, p. 47).

(conceito, teoria, ferramenta, metodologia); seus aspectos complexos e acadêmicos ao serviço das práticas de luta; o aspecto mecanicista da soma das opressões; o risco de reconduzir categorias opressivas de forma essencialista; o enfraquecimento da noção na promoção das subjetividades. Na França, a recepção da noção é complexa por várias razões: o apego ao universalismo das pesquisadoras feministas e as reticências francesas à noção de raça (LÉPINARD; MAZOUZ, 2021) bloquearam a disseminação e o trabalho da noção até os anos 2010; como causa ou consequência disso, a pesquisa francesa não leva suficientemente em conta o trabalho local, particularmente das pesquisadoras racializadas (LMADANI; MOUJOURD, 2012; BILGE, 2016). Finalmente, existem propostas anteriores, como a noção de consubstancialidade da lógica de dominação apresentada por Kergoat, no âmbito do feminismo materialista francófono do final dos anos 70 (KERGOAT, 1978, 2009; GALERAND; KERGOAT, 2014), que levam a uma recepção crítica ou parcial das teses estadunidenses.

Pode-se identificar uma terceira fase, às vezes referida como pós-interseccionalidade (NASH, 2011; CHO 2013; MESTIRI, 2020), que se caracteriza por uma mudança de questionamentos ligados à identidade e ao gênero, afastando-se da questão racial que tinha sido sua base. O trabalho reflexivo de Collins e Bilge é, em grande parte, uma resposta a essa mudança, e Bilge reivindica uma “interseccionalidade reflexiva e crítica” (2010, p. 62). Surgem conceitos como a matriz da dominação (COLLINS, 2000), a pretensão de que a interseccionalidade tenha um status misto de “investigação crítica” e “práxis”, a necessidade de contextualizar o próprio conhecimento e interrogar as relações de poder no meio acadêmico, e uma precaução antiaplicação que eu qualificaria de decolonial: evitar a colocação de grades de análise irrelevantes sobre certas realidades geográficas ou culturais (BILGE; COLLINS, 2016 para os três elementos).

A interseccionalidade decolonial e cosmopolita (ou pós-pós-interseccionalidade, de acordo com o Mestiri, 2020), constitui a quarta etapa. Essa versão é baseada em uma crítica epistemológica e política das versões anteriores, que são consideradas inadequadas para pensar sobre resistência e a propor uma práxis:

Não é simplesmente que a interseccionalidade participa de uma visão colonial do gênero e da raça que postula sua separação e assim impede uma compreensão mais completa da dominação e da discriminação; é também, tão fundamentalmente, que a interseccionalidade, como corolário, nos priva de uma compreensão do significado, alcance e modalidades de resistência contra a opressão experimentada, incluindo o processo de fraturar o locus na dinâmica da luta. (MESTIRI, 2020, p. 111)

Os pesquisadores dessa quarta etapa procedem a uma leitura decolonial das opressões que joga a fronteira contra a interseção (Mestiri, 2020, em particular, mostra como a fronteira pode ser pensada como um lugar de residência e não de passagem, onde as mulheres pertencentes a mundos diferentes se reconhecem em uma prática transnacional de *cuidado*, onde a interseccionalidade lhes propõe uma partilha de dominações). Também os mundos contra as categorias e a multiplicidade pluriversal contra o esquema de margem/centro (LUGONES, 2003; 2011), a consideração da localidade e identidade pessoal contra o novo universalismo do “global” (MESTIRI, 2020) e a possibilidade de resistências contra a centralização nas opressões (MESTIRI, 2020; MOHANTY, 2009; LUGONES, 2010).

1.2 UMA PRÁXIS INTERSECCIONAL. CONTRA-HEGEMONIA E EMANCIPAÇÃO

A AD que se pratica na França nasceu com os trabalhos sobre dominação de classe e as pesquisas sobre a vulnerabilidade, os estigmas, as dominações de gênero, para citar apenas alguns exemplos, que se multiplicaram nos últimos anos. Se acreditamos que a perspectiva interseccional é necessária, com qual versão devemos trabalhar em uma determinada paisagem francesa particular, composta de várias abordagens, às vezes antagônicas?

Escolho refletir sobre a versão decolonial da interseccionalidade proposta nas duas últimas seções, que, em minha opinião, faz mais do que articular interseccionalidade e decolonialidade, mas inclui a primeira sob a segunda, fornecendo a estrutura mais adequada para explicar a forma como os sujeitos inventam dispositivos emancipatórios no próprio cerne das situações minoritárias. Como aponta Bilge, “[...] a grade decolonial recontextualiza a lógica de interseção [...]”, respondendo à questão da resistência (2016, p. 111).

Falarei, portanto, da interseccionalidade decolonial, que definirei com base em traços que garantam sua mobilização na AD; é, portanto, uma noção trabalhada para a AD que estou propondo, aqui, e não uma definição geral.

Uma *práxis*. Seguindo Bilge, considero a interseccionalidade decolonial como uma *práxis*, ou seja, uma atividade de transformação prática da sociedade, baseada em uma teoria com uma dimensão social e/ou política: “Pensar a interseccionalidade como uma *práxis* permite uma melhor articulação de sua especificidade como um modo de produção de conhecimento, que vai além da oposição habitual entre teoria e prática, e a inscreve no campo de conhecimento engajado com objetivos transformadores e emancipatórios” (BILGE, 2016, p. 81).

Mobilizar a interseccionalidade na AD significa pensar ou repensar o aparato teórico e metodológico da disciplina com uma dimensão emancipatória, visando não apenas compreender e dar conta, cientificamente, das inscrições discursivas de regimes de opressão, mas também identificar ou propor dispositivos linguísticos que permitam a autonomia do sujeito, ou mesmo a sua liberdade.

Levar em conta as multiplicidades do sujeito. A questão do sujeito é central e fundamental na AD e podemos distinguir, aproximadamente, duas concepções comuns no trabalho atual: aquela da chamada AD francesa, realizada nos anos 70 e 80, por pesquisadores em torno de Pêcheux, que promove, com base em referências marxistas e freudo lacanianas, um sujeito dividido, habitado por determinismos sócio-históricos e psíquicos; que, menos epistemologicamente marcado, de um tema consciente e intencional progressivamente trazido pelo alargamento do AD aos campos do pragmatismo, do interacionismo, dos estudos da mídia, contemporâneos de um apagamento progressivo das referências marxistas e lacanianas, assim como da articulação com a história. Mas para dizer a verdade, a questão do sujeito não é mais central nos trabalhos da AD de hoje na França, onde raramente é colocada como tal: a maior parte do trabalho se concentra no “fio do discurso” (a expressão é de Marandin), ou seja, apenas nos elementos da linguagem, em detrimento de sua articulação com o que está sob o título de interdiscurso e o pré-construído, no dispositivo original proposto por Pêcheux e seu grupo, uma perspectiva que é reforçada pelo tratamento quantitativo das afirmações. A interseccionalidade decolonial, por outro lado, repousa crucialmente sobre ela e tenta dar conta não da divisão do sujeito, mas de suas múltiplas posições simultaneamente. A multiplicidade intervém em dois níveis: o das categorias externas ao sujeito atribuído pela sociedade (de acordo com o estereótipo, uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, feminina, negra e pobre); mas também o das categorias internas ao sujeito, que deve administrar o que Mestiri chama de “coincidência de opostos”. Ela dá o exemplo de uma universitária negra, que é ao mesmo tempo negra e não negra porque é branqueada por seu status acadêmico, uma multiplicidade interna que derrota a própria noção de interseção.

Um quadro pluriversalista. Utilizo o termo *pluriversalista* seguindo o grupo M/C/D (Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade), que desde os anos 90, tem reunido pesquisadores/as da América Latina e do Caribe para refletir sobre a dimensão colonial da construção da modernidade e a permanência da hegemonia colonial nas estruturas contemporâneas das sociedades. O grupo define “pluriversalismo transmoderno” como “uma concepção pluriversal, intercultural ou mesmo transcultural da universalidade [que] implicaria o reconhecimento em sua plenitude de todas as ‘particularidades’, a fim de tornar possível o surgimento de um novo e mais autêntico universal a partir da negociação e do diálogo horizontal e em igualdade” (HURTADO LÓPEZ, 2017, online). A noção de um “*pluriverso transmoderno* (que não é simplesmente ‘universal’ nem ‘pós-moderno’)” (DUSSEL, 2009: §45; itálico pelo autor), baseia-se em uma crítica ao universalismo imposto pela modernidade que começou em 1492 (invasão das Américas formulada em descoberta) e continuou no Iluminismo na Europa em detrimento das culturas, línguas e epistemes locais. Esse quadro é congruente com a noção de interseccionalidade, baseada em objetivos comuns: “A pluriversalidade decolonial, escreve Tlostanova, é assim, de muitas maneiras, paralela à interseccionalidade, mas opera em um nível diferente – seu objetivo não é a constelação de raça, gênero, classe e outras assimetrias de poder, mas sim a aberração do universal em si” (TLOSTANOVA, 2015: §15). É necessário ressaltar que a pluriversalidade se difere da globalidade, tal como foi definida pelos estudos globais, distinguindo-se dos estudos decoloniais pela noção de fronteira em particular, como mostra Mestiri que, por sua vez, escolhe o vocabulário do cosmopolitismo, já que o de interseção parece irrelevante para ele:

O cosmopolitismo que estamos pedindo é antes o de um cosmopolitismo itinerante dotado daquela ‘atitude alegre’ da qual Lugones fala. Propor um feminismo cosmopolita decolonial é, antes de tudo, pensar nas subjetividades como viajantes, não porque tal pensamento tematize a possibilidade de ser um cidadão do mundo, mas porque nos permite conceber a figura do cidadão *dos* mundos, aqueles que atravessamos e habitamos através das *fronteiras*. (MESTIRI, 2020, p. 144; itálico pelo autor)

No quadro de “[...] um universal que é pluriversal, um universal concreto que inclui todas as particularidades epistêmicas em uma luta decolonizadora por uma socialização do poder transmoderno [...]” (GROSFOGUEL, 2006, p. 72), a teoria do discurso pode fazer reinvestimentos. Trata-se de repensar, por meio da decolonização, algumas de suas noções desenvolvidas a partir das concepções europeias de teoria e de método, de levar em conta a especificidade das produções discursivas locais, situadas nas experiências dos sujeitos e de propor conceitos e ferramentas capazes de levar em conta uma perspectiva pluriversal.

2 CONTRIBUIÇÕES. UMA EPISTEMOLOGIA ALTERNATIVA PARA REINVESTIR A TEORIA DO DISCURSO

A questão da revisão das práticas de pesquisa, tanto científica quanto institucionalmente, com base em concepções situadas, intersetoriais ou decoloniais do conhecimento, tem estado na agenda de várias disciplinas das ciências humanas e sociais nos últimos dez anos (SIBEUD, 2011; BOULBINA *et al.*, 2012; MARTIN; ROUX, 2015). A Análise do Discurso permanece, por enquanto, à distância, mas, mesmo assim, ela se beneficiaria muito com isso.

2.1 DESCENTRALIZAR OS SABERES NA ANÁLISE DO DISCURSO

A epistemologia do ponto de vista tem feito muito desde os anos 70 para questionar a hegemonia masculina na elaboração do conhecimento, particularmente nas ciências físicas e naturais (HARDING, 1991; HARDING, 2004). Com base numa releitura do marxismo, as teóricas do ponto de vista acreditam que o conhecimento é o produto das relações de poder e que as experiências são os melhores pontos de partida para a ciência do que as teorias baseadas em posições legítimas na instituição (HARTSOCK, 1987). É isso que é a noção de objetividade forte, proposta por Harding, em um famoso artigo, “Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity”, recentemente traduzido para o francês (HARDING, 2021), postula que a melhor versão da objetividade científica é aquela que integra as condições sociais objetivas dos pesquisadores, como um ponto de partida para as suas pesquisas. É a escolha de produzir conhecimento situado que permite uma objetividade forte, exigindo que “[...] o tema do conhecimento seja colocado no mesmo plano crítico e causal que os objetos de conhecimento [...]”. Assim, a ‘forte objetividade’ requer o que podemos chamar de ‘forte reflexividade’ (2021, p. 179). Essa forte reflexividade leva, assim, a pesquisadora a integrar seus pontos de vista (*standpoints*), no sentido social do termo, ou seja, as *posições* a partir das quais ela pensa (e não suas opiniões, gostos ou ideologias) em suas práticas de pesquisa.

As pesquisadoras do *Black Feminism* enfatizaram, desde muito cedo, como vimos anteriormente, a invisibilidade das mulheres negras, tanto na pesquisa quanto no trabalho de campo (DILL, 1987; LADNER, 1987), e propuseram uma “epistemologia alternativa”, na qual são mobilizadas concepções de conhecimento diferentes das epistemologias objetivistas hegemônicas, tais como sabedoria, “experiências concretas [...] usadas como veículos de sentido”, o uso de narrativas e imagens, conhecimento concreto, empatia, o uso do diálogo para avaliar o conhecimento e a importância da responsabilidade individual (COLLINS, 2007, p. 154). Essa epistemologia alternativa se baseia em uma consideração séria e concreta do vínculo constitutivo entre teoria e prática.

Essa crítica das formas hegemônicas ocidentais de conhecimento baseadas no ideal de objetividade científica é amplamente retomada nos trabalhos realizados no campo da interseccionalidade, bem como na corrente decolonial. Aït Lmadani e Moujoud apontam que “[...] muito trabalho francês que se concentra no *Feminismo Negro* obscurece um dos principais fundamentos e lições deste pensamento: a estreita ligação entre a práxis e a teoria [...]” (AÏT LMDANI; MOUJOU, 2012, p. 15). Já Martin e Roux trabalham sobre a decolonização dos saberes como postura de pesquisa, alertam sobre a fidelidade das mulheres pesquisadoras aos

conceitos pré-construídos, considerados como aplicáveis *urbi et orbi*, mobilizando o trabalho das teóricas da imbricação (MOHANTY, 2009; CARBY, 2008).

Por sua vez, Bilge promove uma “[...] interseccionalidade crítica [que] é acima de tudo autocrítica e defende a necessidade de repensar nossas práticas de pesquisa, ensino, ativismo e publicação (incluindo nossas práticas de divulgação, citação, tradução e introdução de ‘novos’ conhecimentos!” (BILGE, 2016, p. 102). Mestiri resume bem essa volta epistemológica quando expõe sobre uma “reconexão da epistemologia e da produção de conhecimento com a localização étnica, sexual e racial daqueles que pensam e que falam” (MESTIRI, 2020, p. 17). Como essa reconexão pode ser implementada na AD?

2.2 SITUAR OS PONTOS DE VISTA E AS POSTURAS DE PESQUISA

Em seu trabalho sobre a invisibilização dos ex-colonizados no trabalho sobre a interseccionalidade, Ait Ben Lmadani e Moujoud questionam as normas da escrita acadêmica: “Muitas vezes, a norma da escrita consiste em não dar nenhum detalhe e em não fazer nenhuma análise que permita situar o próprio ponto de vista e ver a si mesmo e o próprio ponto de vista como particular, provavelmente redutor, etnocêntrico, heterocêntrico, culturalista, masculino ou ligado a uma posição de classe social” (AIT BEN LMADANI; MOUJOURD, 2012, p. 15). Na AD, a neutralidade da escrita e da postura de pesquisa, que consiste na descrição e interpretação de afirmações é a regra, e os pesquisadores trabalham a partir de uma “epistemologia de ponto zero” (CASTRO-GOMEZ, 2003), que descarta suas experiências concretas e suas condições de existência. Essa neutralidade está em conformidade com uma representação geral do tema da ciência, herdada do modelo objetivista das ciências naturais, mas também faz parte da constituição da própria disciplina: um dos objetivos de Pêcheux quando escreveu *Analyse automatique du discours*, em 1969, era propor um modelo que “[...] arrancasse o discurso da subjetividade [...]” (MALDIDIÉ, 1990, p. 13). Um objetivo que, além disso, está em sintonia com o projeto saussuriano, e que será inscrito como um dos princípios da disciplina, que prevê o sujeito a partir do ângulo da “forma-sujeito” althusseriano, evitando, constantemente, qualquer empirismo (é o funcionamento imaginário da subjetividade que interessa a Pêcheux, e não a sua implantação discursiva nos lugares do mundo). Ao mesmo tempo, esse é um paradoxo preocupante, pois as pesquisadoras na AD não cessam, sem necessariamente dizer, de mobilizar seus saberes, sua(s) cultura(s), seus pontos de vista e suas experiências para realizar o “gesto interpretativo”, que também é constitutivo da disciplina (Pêcheux falou de “leitura”). De fato, o que mais existe para interpretar enunciados baseados no rastreamento de afirmações implícitas e fenômenos de memória discursiva, a identificação de interdiscursos e intertextos, ou a identificação de polissemia e deslocamentos de sentido? Essa autarquia intelectual das pesquisadoras só pode se basear em uma posição preponderante, baseada na posse de um saber universal, que já é alvo de interessantes críticas nas ciências sociais, que deveriam interessar à AD (LÉPINARD; MAZOUZ, 2019).

Um meio de resolver esse paradoxo e de realizar pesquisas que levem em conta a práxis em seu nível de efetivação, ou seja, dos sujeitos empíricos, que abra espaço também para a multiplicidade simultânea de que descrevi anteriormente, e que é verdadeiramente pluriversal. É, sem dúvida, renunciar à posição onisciente e não situada do pesquisador e à concepção abstrata de um “sujeito-forma”, sem conteúdo experiencial e existencial. A experiência direta do pesquisador e os modos alternativos de saber acima mencionados constituem critérios interpretativos tão bons quanto sua cultura teórica: não é porque o empirismo entra na cena do conhecimento que a validade científica é forçada a sair.

2.3 DESCENTRALIZAR AS TECNOLOGIAS INTELLECTUAIS. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

Descentralizar o conhecimento e situar as pessoas que o produzem implica rever ferramentas e métodos de trabalho, a fim de questionar sua contribuição para o sistema de conhecimento hegemônico. Tomo, aqui, o exemplo das referências e das citações.

Abordei, anteriormente, sobre construir sua episteme e não herdá-la sem questioná-la: a cultura disciplinar, teórica e metodológica desempenha um papel crucial nessa construção e se manifesta particularmente nas referências bibliográficas. Descentralizar as tecnologias intelectuais significa, neste campo, mais uma vez, “preferir Crenshaw”. Na AD francesa, certas referências são onipresentes, até mesmo esmagadoras, e servem para abordar todas as questões, inclusive aquelas que nunca foram pensadas pelas referências em questão: Pêcheux, Foucault, Bakhtin, Maingueneau, Charaudeau, Kerbrat-Orecchioni, Authier, que continuam sendo referências dominantes atualmente, todas europeias, em sua maioria masculinas, fornecendo bibliografias, tanto de ensino quanto de pesquisa, ocupando para alguns o segmento editorial da AD na França e no exterior (consultar, por exemplo, o panorama de Raus, 2019, muito significativo a esse respeito). Esse conjunto de trabalhos constitui um corpo de conhecimento hegemônico, “inescapável” de acordo com a abordagem estabelecida, mantido pelos(as) autores(as) “que não precisam mais ser apresentados(as)” nas conferências. Além das referências, esse corpo fornece também as citações, que são objeto de capitalização econômica através dos vários índices de citação e que regem o prestígio e também o financiamento; falar de hegemonia não é, portanto, excessivo.

Esta dominação, produzida pelo sistema de validação e circulação, representa um problema para a própria disciplina: é difícil para as pesquisadoras, especialmente as jovens, renovar, inventar ou, ainda pior, desafiar tais conhecimentos e métodos já bem estabelecidos; é difícil “preferir”, trabalhar com outras referências que não eles. As referências dominantes são, então, reproduzidas, transmitidas, raramente repensadas e retrabalhadas. Como resultado, a questão da *pertinência* das referências é, às vezes, ofuscada pela *legitimidade* e, correlativamente, pelo seu poder de *legitimação*. Desse modo, é crucial a elaboração de um corpus de pesquisa alinhado com a pertinência do aparato de pensamento e de análise mobilizados para determinada questão e para certo tipo de dados. O exemplo da abordagem das questões de gênero é representativo a esse respeito, uma vez que as pesquisadoras que mobilizaram a AD francesa para pesquisar sobre o tema, reformularam, consideravelmente, o seu próprio trabalho (consultar Marignier, 2016 sobre a interpelação de gênero e a noção de “formação discursiva de sexo-sexualidade”; França, 2018 sobre a noção de formação de gênero e raça; Husson, 2018 sobre a articulação entre a AD e a linguística popular; Marignier, 2020 sobre a noção de agência).

Para mudar a hegemonia das referências, existem dois caminhos possíveis, que não são excludentes: manter a relevância e a legitimidade, ou seja, reestruturar os sistemas dominantes com a ajuda de referências fora do *mainstream*, ou mesmo fora das disciplinas que têm um alto coeficiente de pertinência para o objeto analisado; escolher a pertinência em detrimento da legitimidade, mobilizando referências fora do sistema hegemônico e/ou propondo novas ferramentas teóricas e metodológicas. Insisto neste critério de pertinência porque “[...] não basta mobilizar teorias de outros lugares para decolonizar o conhecimento daqui [...]”, como apontam Ait Lmadani e Moujoud (2012, p. 17). Não se trata de um *name dropping*, mas de uma verdadeira mobilização das obras mencionadas: existe, de fato, uma “ecologia” da referência e da citação (CRESENS, 2021), a ser posta em prática para garantir o critério de pertinência entre objeto, disciplina e postura de pesquisa. A pesquisadora feminista queer Ahmed, por exemplo, faz a escolha radical de não citar “qualquer homem branco” em *Living a feminist life* (AHMED, 2017), enfatizando que as citações são material para a construção de teorias e que elas desempenham um papel importante na produção e transmissão do conhecimento emancipatório (CRESENS, 2021):

Minha política de citações me permitiu dar mais espaço às feministas que estiveram lá antes de mim. A citação é a memória feminista. A citação é uma forma de reconhecer nossa dívida para com aquelas que vieram antes de nós, aquelas que nos ajudaram a encontrar nosso caminho quando ele foi obscurecido porque nos desviamos dos caminhos que nos foi dito para seguir. Neste livro, cito as feministas negras que contribuíram para o projeto de nomear e dismantelar as instituições do branquiarcado (AHMED, 2017, p. 15-16; citado e traduzido em Cressens, 2021)

Ela também explica que

[...] cita ao invés disso aquelas que contribuíram para a genealogia intelectual do feminismo e do antirracismo, incluindo trabalhos que foram muito rapidamente (na minha opinião) colocados de lado ou suplantados, trabalhos que traçam outros caminhos, que podemos chamar de ‘linhas de desejo’ (desire lines), que são criados desviando-se dos caminhos oficiais traçados por nossas disciplinas. (AHMED, 2017, p. 15; citado e traduzido em Cressens, 2021)

Bilge também tem o mesmo posicionamento, quando define o branqueamento da interseccionalidade como uma “[...] economia política de reenquadramento e regulação genealógica e temática, nas políticas e práticas de citação, que canoniza certos autores e textos, enquanto a contribuição de outros é invisibilizada [...]” (BILGE, 2016, p. 91).

Essa “política de citação” tem implicações acadêmicas e epistemológicas, pois permite um distanciamento do *mainstream* e a modificação dos critérios de citação das referências hegemônicas, uma vez que adota outros critérios. Minha escolha neste artigo é escolher pertinência em vez da legitimidade, mobilizando, com o duplo objetivo de decolonizar a AD e tornar visível as pesquisadoras minorizadas ou pouco conhecidas na França, as referências feministas, decoloniais e não brancas. Lamento, entretanto, que as normas editoriais da revista *Langage & Société* impeçam a menção dos primeiros nomes completos das autoras, o que teria tornado mais visível a proporção de trabalhos realizados e traduzidos por mulheres, por exemplo, pois essa visibilidade faz parte do projeto da AD contra-hegemônica adotada neste trabalho⁹.

Tendo descrito as condições de uma epistemologia alternativa que poderia reposicionar a AD, faço agora propostas de práticas emancipatórias, baseadas na ideia de uma colonialidade do discurso.

3 PROPOSTAS. COLONIALIDADE DO DISCURSO, DENOMINAÇÃO, SUBJETIVIDADE

Compreendo “política” o que se refere às relações de poder, à relação sempre binária entre minoria e maioria, oprimida e opressora. A AD francesa nasceu política: apresentar esta dimensão como uma forma de reaplicação na disciplina pode, portanto, parecer irônico, ou pior, demonstrar grande ignorância. Mas, por um lado, a AD se despolitizou em grande parte, ao constituir um corpo disciplinar dominante a partir dos anos 1990 (como Guilhaumou, 2005; Courtine, 2013; Dufour, 2013, que insistem na homogeneização consensual, a disciplinarização e institucionalização da AD, e para Courtine, seu desancoramento da história e sua diluição nas pesquisas de mídia através da publicação de livros didáticos nos anos 1980 e 1990 e dicionários nos anos 2000¹⁰); por outro lado, a política sempre residiu no que foi chamado de “exterior do discurso”, sendo as formas de discurso portadoras da ideologia, o que é diferente. As noções de pré-construído e articulação de enunciados, ou de formação discursiva, por exemplo, constituem pontos linguísticos de ancoragem da ideologia, nas quais se inscreve a interpelação.

Porém, são dotados de uma dimensão generalista abstrata, apresentada como aplicável a diferentes corpora, sem ancoragem nas especificidades de uma situação política que implicam, em particular, a questão da raça e da colonialidade, a do gênero, ou outras dimensões que produzem opressão.

3.1 A COLONIALIDADE DO DISCURSO

É isso que faz parecer que o político, da maneira como é usado na noção, merece ser reformulado nas categorias de análise da AD. Algumas dessas categorias, tais como denominação, discurso indireto e formas de diálogo, podem estabelecer uma hierarquia no discurso entre as palavras, posicionamentos ou valores dominantes em detrimento daqueles dominados, particularmente em termos de raça. Proponho falar sobre a colonialidade do discurso a este respeito.

⁹ N.T. Na versão em português as tradutoras incorporaram o primeiro nome das referências bibliográficas utilizadas no artigo, pois compartilham do ponto de vista da autora.

¹⁰ Em “[...] La seconde disparition de Michel Pêcheux”, que é a reescrita de um trabalho apresentado na primeira conferência do SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso) em homenagem a Michel Pêcheux em 2003, Courtine insiste na separação da AD da história: “Este esquecimento adicional, o apagamento da dimensão histórica na AD, tem consequências consideráveis, que explicam em grande parte o descontentamento com o trabalho de Pêcheux. Eu havia expressado o sentimento há alguns anos quando notei que as descrições do fio discursivo, realizadas de um ponto de vista formal, interativo ou conversacional, estavam sendo desenvolvidas sob o termo AD, que, na maioria dos casos, já havia pura e simplesmente abandonado a articulação das sequências discursivas com as condições históricas de sua produção” (COURTINE, 2013, p. 7).

A colonialidade é um conceito definido nos anos 1990 pelo grupo M/C/D, que inicialmente remetem às três principais categorias do poder, do saber, do ser, às quais é acrescentado o gênero. Essas categorias são bastante dependentes de sua dimensão linguística, uma vez que são elaboradas nos discursos produzidos nas sociedades, nas memórias e nas relações humanas; é, portanto, relevante pensar que o próprio discurso é transmitido e estruturado pela colonialidade, que afeta todas as dimensões da vida humana. A colonialidade do ser, noção formulada por Maldonado-Torres (2007; 2014), explica o surgimento de um sujeito desumanizado, inscrito num senso comum colonial. Essa noção é particularmente adequada com uma perspectiva discursiva interseccional, que privilegia as multiplicidades do sujeito e suas experiências, uma vez que é elaborada com uma dimensão linguística explícita: “Se a colonialidade do poder e a colonialidade do saber nos remetem respectivamente à rede constituída pelas formas modernas de exploração e dominação, e ao papel da epistemologia na reprodução dos regimes coloniais do pensamento, a colonialidade do ser, por sua vez, refere-se à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem” (MALDONADO-TORRES, 2014, p. 138).

Proponho a seguinte definição: a colonialidade do discurso refere-se à dimensão opressiva empregada pelos(as) locutores(as) em suas produções discursivas, uma dimensão que tem diferentes formas de dominação baseadas nas relações de raça, da exploração à desumanização, passando pela invisibilização e estigmatização. Essa dimensão opressiva utiliza um extenso repertório de linguagem e dispositivos discursivos. O conjunto forma um sistema de sentido que organiza toda a sociedade, a partir da experiência e da memória da colonização, tanto no Norte ocidental quanto no Sul global. A colonialidade do discurso diz respeito a todos os discursos, incluindo o discurso científico.

Dentro desse sistema de sentido, selecionei os dois exemplos de denominação e subjetividade, que me parecem bons laboratórios para mostrar que os mecanismos de opressão não são externos ao discurso, mas que estão, de fato, inscritos na linguagem e no discurso.

3.2. PRÁTICAS DENOMINATIVAS

A denominação¹¹ é um importante campo de pesquisa da AD francesa. Propus uma revisão das principais publicações sobre o tema entre 1990 e 2010 (revistas, anais, livros) para mostrar que as perspectivas, geralmente, não eram situadas e as análises baseadas em itens lexicais e enunciados, sem considerar as condições de existência das locutoras (PAVEAU, 2018). Muitas vezes realizado a partir de um corpus de imprensa, cujos excertos são compostos de metadados que não compõem as identidades e os contextos específicos das jornalistas ou locutoras, esses trabalhos se inscrevem na perspectiva logocêntrica da AD francesa *mainstream*. Dentro desse amplo campo de estudo, entretanto, existe um interessante problema de assimetria. A questão da autodenominação, que tem sido cada vez mais abordada nos últimos dez anos, em trabalhos com um coeficiente sociológico ou antropológico bastante forte, leva naturalmente a uma consideração do tema e de suas condições de existência (por exemplo, Greco, 2011 sobre famílias homoafetivas; Chetcuti, 2012 sobre lésbicas; Canut, 2018 sobre mulheres migrantes; Greco, 2012 e 2018 sobre *drag kings*); nestas pesquisas, é a verdadeira práxis denominativa que é levada em conta, e não apenas seus produtos finais, os elementos linguísticos. Mas a questão da heteronomia (que, curiosamente, não é colocada com esta palavra), ou seja, a denominação do outro (sejam elas e eles nossos[as] outros[as] ou nós deles[as]), é tratada pela analista na terceira pessoa, por meio dos itens léxicos que o nomeiam - consultar o corpus de pesquisa de Paveau (2018). Nos dois tipos de análise, entretanto, a experiência, a memória e a cultura, evidentemente, desempenham um papel importante, tanto por parte do sujeito que é alvo do ato de denominação, quanto do analista linguístico. Uma abordagem decolonial interseccional integrará essas dimensões e colocará, por exemplo, a questão do poder exercido pelo sujeito que nomeia.

¹¹ Incluo sob este termo as questões de nomeação, designação e, de modo mais geral, de apresentação de si, que também compreendem um trabalho interdisciplinar entre análise do discurso, sociolinguística e antropologia linguística.

Nessa perspectiva, que coloca o político no contexto linguístico e nas condições reais de existência, apresento de forma breve e programática três propostas para refletir sobre a práxis denominativa opressiva ou emancipatória.

Antonomásia opressiva. Chamo de antonomásia opressiva (PAVEAU, 2016), o ato de nomear uma pessoa pertencente a uma categoria minoritária com o nome de uma pessoa pertencente a uma categoria majoritária, de acordo com critérios de gênero e de raça em particular. São segmentos como o *Vénus hottentote* (apelido de Saartjie Baartman) ou o *Cousteau africain* (para se referir ao ambientalista senegalês Haïdar El Ali), o *James Ellroy* gabonês, (apelido do romancista Janis Otsiemis). Todas são construídas com estruturas variadas, mas todas elas invisibilizam uma pessoa/mulher não branca, a favor de uma celebridade ou referência cultural ocidental branca. Falar apenas de nomes próprios modificados não é suficiente para dar conta do que está em jogo neste tipo de forma, que acontece na doxa lexical francófona: uma consideração das situações das locutoras, das pessoas nomeadas e das pessoas cujos nomes são emprestados mostra que a colonialidade do discurso está inscrita nessas formas.

Correção lexical. Chamo de correção lexical o fato de mobilizar denominações de acordo com uma verdade do mundo reconhecida coletiva e intersubjetivamente, a uma memória discursiva compartilhada e finalmente a um princípio de decência discursiva (PAVEAU, 2013). Isto implica a prática de uma forma de *cuidado* lexical ao nomear os outros, que não a si próprio, especialmente em situações assimétricas, violentas e opressivas. A correção lexical envolve, por exemplo, interrogar versões lexicais desiguais ou mesmo opressivas do mundo (por exemplo, a palavra *americana*, tão persistente na universidade e na pesquisa, que inscreve a dominação na língua, apagando dela realidades geográficas diferentes das dos Estados Unidos¹², ou a palavra anglo-saxônica na qual o racismo pode ser deflagrado). Ela também envolve nomear os outros de acordo com sua “autodefinição” (*self definition*), que Collins define como “uma jornada da opressão internalizada à ‘mente livre’” (COLLINS, 1990 [2019]).

Desespecificação lexical. A desespecificação lexical¹³ é a substituição de uma palavra ideologicamente carregada, impregnada de conflitos, ou mesmo tabu, por um pseudossinônimo ou um hiperônimo, de modo a tornar seu significado e, acima de tudo, seu referente menos específico e socialmente aceitável. É o caso, por exemplo, das palavras *etnia* e *diversidade*, que às vezes são de maior preferência na França à palavra *raça*, que é particularmente problemática, e cujo uso, às vezes, considerado racista, é fortemente contestado. Ela é então substituída por palavras e conceitos pertencentes a outros campos, tais como *etnia* ou *comunidade étnica*, *cultura*, *civilização*, *origem e diversidade*, por exemplo.

Vou desenvolver, aqui, o exemplo da palavra *diversidade*, um sinônimo abrangente de natureza hiperonímica. Em seu uso atual, por exemplo, em expressões como “questão da diversidade” ou “quadro da diversidade” ou “política da diversidade”, a palavra parece estar ligada às origens migratórias, referindo-se a “minorias visíveis”. Esse uso é o resultado de uma desespecificação da questão racial, como explica Dhume, que nos anos 2000, a noção de discriminação racial desapareceu gradualmente dos programas de política urbana na França. Ele sublinha “[...] a mudança da questão da discriminação racial para o que se tornará diversidade [...]”, observando um “[...] apagamento gradual da idéia de discriminação racial [...]”, em favor de destacar outros tipos de discriminação contra os deficientes, por exemplo, e a luta pela igualdade profissional (DHUME, 2012, p. 4). *Diversidade* aparece, portanto, como uma expressão lexicalmente desespecificada de raça. Estudiosos do paradigma da interseccionalidade decolonial têm observado isso com frequência: Bilge fala da “confusão” de raça com diversidade (BILGE, 2015) e, com o mesmo fenômeno ocorrendo em inglês, Nash destaca a despolitização da noção, afirmando que “onde a diversidade é um projeto de inclusão de corpos, a interseccionalidade é um projeto de anti subordinação, um projeto comprometido com a exclusão e seus efeitos” (NASH, 2019, p. 24). E Ahmed dedica um longo texto a essa noção, de ângulos muito próximos à análise do discurso, no qual defende o mesmo tipo de posição (AHMED, 2019 [2012]). Considerando certas práxis denominativas de falantes femininas como práxis de desespecificação lexical, parece-me assim uma forma de manter uma perspectiva crítica na análise do discurso, abrindo possibilidades emancipatórias.

¹² Pesquisadoras e ativistas decoloniais, por exemplo, optaram por usar a palavra kuna *Abya Yala* para se referir ao continente sul-americano.

¹³ A noção de desespecificação é utilizada na ciência política para designar o fato de que um fenômeno ou um estado de coisas, como a guerra, perde suas especificidades e torna-se difícil de identificar.

3.3 PRÁXIS SUBJETIVA

Como mencionei acima, a AD francesa excluiu o sujeito a favor da “forma-sujeito”, por boas razões: dispensar a questão da intencionalidade, inatingível pela análise linguística e sempre especulativa, evitar a subjetividade como um dado personalizado, não generalizável e, portanto, não de acordo com os critérios de cientificidade. O objeto da AD foi circunscrito como o discurso e não os(as) enunciadore(s); e finalmente, as condições de produção do discurso foram delimitadas como um tecido sócio-histórico que constitui o exterior do discurso, e não seus “interiores”. No entanto, a perspectiva interseccional decolonial impõe a considerar o sujeito, suas condições de existência, seu caráter fragmentário e múltiplo, e seus posicionamentos. Além disso, o tema da interseccionalidade decolonial tem uma dimensão individual: o feminismo decolonial não é global, mas se baseia em processos individuais, pois a desconstrução da universalidade hegemônica só pode ser feita com base nas experiências diferenciadas das mulheres (MESTIRI, 2020). Então, como podemos fazer isso, quando a AD foi construída precisamente sobre a recusa das experiências subjetivas em favor da única consideração das formas linguísticas? É necessário encontrar uma maneira de apreender as experiências que organizam os discursos das enunciadoras que não apenas por meio do discurso que conteria traços dessas experiências, de modo a construir uma AD emancipatória, e que considere as subjetividades sem fazer delas o substrato de suas práticas analíticas.

Dessa maneira, as experiências se tornariam então o que permitiria que o sujeito fosse reinvestido sem cair nas aporias da intencionalidade e da subjetividade. A AD poderia mobilizar as metodologias das disciplinas próximas, como a sociolinguística e ou a antropologia linguística, bem como a sociologia ou a antropologia em geral, abrindo mais espaço para as situações, trajetórias de vida e epistemes, sejam elas acadêmicas ou não, das(os) analistas e suas/seus interlocutoras(es). Esta é uma posição que Guilhaumou propôs em 2004, ao implementar a coconstrução do corpus da AD *com* os sujeitos locutores(a)s. Este trabalho pioneiro, que colocou antecipadamente a questão da distinção entre o tema da pesquisa e seus objetos, mesmo que sejam também sujeitos (GUILHAUMO, 2004), foi recentemente adotado. Veremos mais tarde que outras vias são possíveis, em particular a da “subjetividade ativa”, conforme definida por Lugones (2003). Também é necessário encontrar uma forma de conceder a essas subjetividades um poder emancipatório, uma agência, o que, como Marignier aponta em sua reflexão sobre esta noção, constitui um problema para a AD:

[...] o que não é evidente para a AD é pensar na possibilidade de resistência, de um poder de ação, de uma agency, para os sujeitos. De fato, como foi concebido na AD desde suas origens, o assujeitamento dos sujeitos falantes se dá dentro de formações discursivas [...], e há pouca fuga possível, pois não há possibilidade de não ser sujeito (e em particular sujeito do próprio discurso), de acordo com um mecanismo circular. (MARIGNIER, 2020, p. 21-22)

Para a AD, a identificação do sujeito feita pela interpelação lhe deixa pouca possibilidade de resistência, na medida em que sinaliza seu assujeitamento. Segundo Marignier, esta possibilidade de resistência está inscrita na última comunicação de Pêcheux, que menciona uma “mudança nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 1983), evento que permite o mau funcionamento da identificação, e que o sujeito, conseqüentemente, tenha uma possibilidade de resistência. A questão permanece, entretanto, quanto à análise: como captar esta manifestação do sujeito, permanecendo estritamente dentro dos limites da linguística e sem arriscar um retorno ao sujeito psicológico? Para Marignier, não é através do aparelho formal da enunciação que devemos passar, mas pelas formações discursivas, que são reconfiguradas com as modificações do interdiscurso:

Considero, portanto, que a agência, no nível discursivo, ocorre quando há uma reconfiguração de uma formação discursiva através de uma mudança no interdiscurso associado. Consideramos então a agência como uma saliência, como o momento em que algo emerge, como um acontecimento (nunca há uma repetição idêntica da agência - sendo a repetição interpelativa característica do modo normal de funcionamento da FD). (MARIGNIER, 2020, p. 27-28)

Ao fazer isso, me parece que Marignier retém um elemento que bloqueia uma verdadeira consideração das experiências das locutoras na análise do discurso: o logocentrismo da AD, que mantém a ideia ou a ilusão de uma autonomia das palavras e dos discursos na produção de sentido, e não permite apreender a colonialidade do discurso. Entretanto, não são as palavras que falam, mas as pessoas, e essa observação talvez seja simplista, mas fundamental, pois me impulsiona a reintegrar os sujeitos e as suas múltiplas subjetividades na análise dos discursos. As feministas decoloniais são cruciais para este trabalho, na medida em que contribuem de modo muito interessante quando insistem nas multiplicidades de sujeitos, sua pertença a vários mundos e, portanto, a vários regimes de experiência. No lugar de Pêcheux, eu preferirei Lugones e Bacchetta.

Subjetividade ativa. Em seu livro de 2003, *Pilgrimages/Peregrinaje*, Lugones propõe várias noções alternativas às concepções dominantes de sujeito, em particular o sujeito individual e intencional da psicologia e o sujeito tático proposto por Certeau para descrever as possibilidades dos fracos em uma sociedade governada pela estratégia de instituições e sistemas fortes. O sujeito tradicional é criticado por sua incapacidade de combater o funcionamento coletivo sistêmico, e o sujeito tático por seu status imutável como pessoa dominada que engana a dominação sem realmente se opor a ela (LUGONES, 2003). A fim de identificar uma “subjetividade de resistência”, ela propõe a noção de “subjetividade ativa” (“*active subjectivity*”), que é sua versão de agência, e que se caracteriza por um recurso à sensibilidade e às emoções, bem como uma partilha intencional intersubjetiva, com os sujeitos sendo vinculados dentro e pelos mundos que habitam.

Podemos ver que esta problemática é bastante análoga à apresentada por Marignier, quando a pesquisadora questiona-se sobre como pensar um sujeito ativo em uma teoria que privilegia sua sujeição. A noção de subjetividade ativa – que Lugones reformula com a ajuda de um pronome híbrido “I-->we” (“Eu-->nós”) marcando a inscrição do sujeito em um sistema relacional social e não a reduz a sua subjetividade individual – é particularmente interessante para a integrar na análise do discurso de enunciados a partir da enunciação situada dos sujeitos, e não dos discursos sob a forma de elementos de linguagem extraídos de seus ambientes. Estes últimos, que permanecem como objetos de análise para os linguistas, passam a ter seus significados e questões questionadas em relação às experiências, relacionalidades e mundos habitados pelos sujeitos, estruturados pela colonialidade do discurso.

As co-formações. Isto não implica o abandono das formações discursivas; uma proposta de Bacchetta permite situar o sujeito em um pluriverso, e dar conta de sua pertença simultânea a várias realidades e, portanto, a várias “co-formações”:

Podemos definir as *co-formações* como uma forma de pensar diversas combinações de relações *contextuais* de poder, tais como gênero, sexualidade, racismo, classe, condição, deficiência ou especismo. Cada uma delas tem sua própria intensidade e densidade, dimensões, fraturas e aberturas. A noção de *co-formação* não é uma forma de reconectar relações de poder separadas, mas um convite para conceituar qualquer relação de poder como um efeito de multiplicidades. Assim, por exemplo, vejo o gênero não como uma *formação*, pois muitas feministas pós-estruturalistas tendem a pensar dessa maneira, mas sim como uma *co-formação* constituída por muitas relações de poder (como sexualidade e racismo, entre outras), bem como por *co-produções* [...] como o capitalismo e o colonialismo mundial. As *co-formações* e seus constituintes são forças ativas. (BACCHETTA, 2015: § 27)

A noção de coformação nos permite evitar algumas das limitações da interseccionalidade, tais como o fato de que “[...] o poder e os sujeitos nem sempre são considerados fora dos lugares de intersecção, articulação ou configuração modal [...]” (BACCHETTA, 2009, §17). Falar de coformações, de fato, é prever que os poderes “[...] realizam microcirculações, se formam de forma indissociável, se transformam sincreticamente e operam em conjunto para produzir todos os sujeitos, condições materiais, condutas e objetos existentes [...]” (Bacchetta, 2009, § 17). Mas também significa considerar as manifestações invisíveis de poder (o que não necessariamente permite a interseccionalidade), considerando-o como um princípio organizador do conjunto social. As noções de coformação e coprodução são particularmente interessantes para uma AD contra-hegemônica, na medida em que permitem, de certa forma, descentralizar a formação discursiva marx-freudiana para mobilizá-la em uma episteme decolonial de resistência.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo era triplo: propor uma conexão entre a AD e as correntes contemporâneas de pensamento e conceitos que estão funcionando de modo fecundo nas ciências humanas e sociais na França; descrever as condições de uma epistemologia alternativa capaz de descentralizar o conhecimento e as tecnologias intelectuais da disciplina; sugerir maneiras de reformular seu aparato teórico, a fim de levar em conta na análise linguística as condições de existência dos sujeitos, tanto coletivos quanto individuais, e seus diálogos de um mundo a outro dentro da estrutura de um universo plural. Ao detalhar como a noção de colonialidade do discurso pode ser integrada no tratamento da denominação e do sujeito, procurei mostrar que a interseccionalidade decolonial traz uma modificação na teoria do discurso que enriquece sua capacidade explicativa.

Além destes dois exemplos, um campo de trabalho empolgante está se abrindo e ainda há um importante trabalho a ser feito, no que diz respeito à elaboração e apresentação dos dados discursivos, os métodos a serem colocados em prática para evitar o logocentrismo *stricto sensu*, preservando a natureza linguística dos objetos, aqueles a serem inventados para integrar no corpus de enunciados a descrição dos pontos de vista e experiências dos sujeitos como critérios de significação. A interseccionalidade decolonial que mobiliza uma epistemologia alternativa abre horizontes também para uma reflexão sobre nossas políticas científicas e de citação, além de nos levar a considerar uma pluriversidade científica na escolha dos quadros de trabalho e das referências bibliográficas, fato que nos leva a pensar e citar obras que não são muito visíveis ou ignoradas, consideradas minoritárias ou mesmo irrelevantes, porque não pertencem ao corpo hegemônico de conhecimento. A análise do discurso só pode ser beneficiada por um cosmopolitismo científico com a integração da pluralidade de mundos de pensamento¹⁴.

¹⁴ Agradeço a Noémie Marignier e Luca Greco, cuja leitura fina e construtiva me ajudou a melhorar a primeira versão deste texto.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. *Living a Feminist Life*. Durham/London, Duke University Press, 2017. Trad bras. Vivendo uma vida feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

AHMED, S. Le langage de/98 la diversité. trad. N. Grunenwald, *GLAD!* 07, 2019 [2012]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/glad/1647>. Acesso em: 5 mar. 2023.

AIT BEN LMADANI, F.; MOUJOURD N. Peut-on faire de l'intersectionnalité sans les ex-colonisé-es? *Mouvements* 72, 2012, p. 11-21.

BACCHETTA, P. Co-Formations : des spatialités de résistance décoloniales chez les lesbiennes “of color” en France. *Genre, sexualité & société* 1, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/gss/810>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BACCHETTA, P. Décoloniser le féminisme: intersectionnalité, assemblages, co- formations, co-productions. *Les cahiers du CEDREF* 20, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cedref/833>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BEAL, F. M. *Black Women's Manifesto*; Double Jeopardy: To Be Black and Female. from Third World Women's Allianc. New York: 1969. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/45a/196.html>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BERTHO, E.; QUERRIEN, A. Dossier “Lignes décoloniales”. *Multitudes* 84, 2021.

BILGE, S. De l'analogie à l'articulation : théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme & la Société* 176-177, 2010, p. 43-64.

BILGE, S. Le blanchiment de l'intersectionnalité. *Recherches féministes*, v. 28, n.2, p. 9-32, 2015.

BILGE, S. Plaidoyer pour une intersectionnalité critique non blanchie. In: FASSA, F.; LÉPINARD, E.; ROCA I ESCODA, M. (org.). *L'intersectionnalité : enjeux théoriques et politiques*, Paris: La Dispute, 2016. p. 75-102.

BILGE, S.; COLLINS, P. H. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

BILGE, S.; COLLINS, P. H. *Intersectionnalité*. Une introduction. Trad. J. Maistre, Paris: Éditions Amsterdam, 2022 [2016] Trad. bras. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BOULBINA, S. L. et al. (org.) Décoloniser les savoirs. Internationalisation des débats et des luttes. *Mouvements*, 72, 2012.

BOUSSAHBA, M.; DELANOË, E.; BAKSHI, S. *Qu'est-ce que l'intersectionnalité ?* Dominations plurielles: sexe, classe et race, Paris: Éditions Payot & Rivages, 2021.

- CANUT, C. On n'était rien que des aventuriers... Ceux qui meurent à cause de ce qu'ils désirent. In: CALABRESE; L., VENIARD, M. (orgs.). *Penser les mots, dire la migration*. Louvain-La-Neuve: Academia-L'Harmattan, 2018.
- CARBY, H. Femme blanche écoute! Le féminisme noir et les frontières de la sororité. trad. DORLIN, E.; CASSIDY, M. In: DORLIN, E. (apres.). *Black feminism*. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000, Paris, L'Harmattan, 2008 [2000]. p. 87-111.
- CASTRO-GOMEZ, S. *La Hybris del Punto Cero: Biopolíticas imperiales y colonialidad del poder en la Nueva Granada (1750-1810)*, Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.
- CHAUVIN, S. JAUNAIT, A. L'intersectionnalité contre l'intersection. *Raisons politiques* 58, p. 55-74, 2015.
- CHETCUTI, N.; GRECO, L. (org.). *La face cachée du genre: Langage et pouvoir des normes*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2012.
- CHETCUTI, N. La nomination de soi, entre catégorisation et intelligibilité : penser le genre. In: CHETCUTI, N.; GRECO, L. (org.). *La face cachée du genre: Langage et pouvoir des normes*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2012. p. 105-121.
- CHO, S. Post-intersectionality. *Signs*, 38-4, p. 385-404, 2013.
- COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990. Trad. bras. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- COLLINS, P. H. La construction sociale de la pensée féministe noire. trad. ROBATEL, Anne. In: DORLIN, Elsa (apres.). *Black Feminism*. Anthologie du féminisme africain-américain 1970-2000. Paris: L'Harmattan, 2007 [1989]. p. 135-175.
- COOPER, A. J. *A Voice From the South*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- COURTINE, J-J. La seconde disparition de Michel Pêcheux. *Décalages* 1-4, 2013. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/handle/20.500.12711/12915>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. Cartographie des marges : Intersectionnalité, politiques de l'identité et violences contre les femmes de couleur. trad. Oristelle Bonis. *Cahiers du genre* 39, p. 51-82, 2005 [1991].
- CRESENS, A. Quelle écologie féministe de la citation? *Conférence au séminaire. Théories du discours*. de Marie-Anne Paveau, Université Sorbonne Paris Nord, 3 avril, 2021.
- D'ALMEIDA, A. M.; AUTIN, G. (org.). Dossier Décolonialité(s): dialogues théoriques et expérimentations. *Possibles* 43, 2019.
- DHUME, F. De la reconnaissance à l'effacement. La politique française de lutte contre les discriminations et la question raciale. In: BOGGIO EWANJE-EPEE, F.; MAGLIANI-BELKACEM, S. (coord.). *Race et capitalisme*. Paris, Syllepse, 2012. p. 51-66.
- DILL, B. T. The Dialectics of Black Womanhood. In: HARDING, S. (org.). *Feminism and Methodology*. Social Science Issues. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 97-108.

DU BOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. New York, Dover, 1994 [1903].

DU BOIS, W. E. B. The souls of white folks. *Darkwater: Voices from Within the Veil*, p. 22-36, 2005 [1920].

DUFOUR, F. L'Analyse du Discours : des gestes de lecture pour une éthique de l'émancipation. In: CONESA, M. et al. (org.). *Faut-il brûler les Humanités et les Sciences humaines et sociales ?* Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2013. p. 194-205.

DUSSEL, E. Pour un dialogue mondial entre traditions philosophique. *Cahiers des Amériques latines* 62-3, p. 111-127, 2009.

FASSA, F.; LÉPINARD, E.; ROCA I ESCODA, M. (orgs.). *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, Paris: La Dispute, 2016.

FRANÇA, G. *Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França* (Genre, race et colonisation : la brésilianité dans le regard du discours touristique au Brésil et en France). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.

GALERAND, E.; KERGOAT, D. Consubstantialité vs intersectionnalité ? À propos de l'imbrication des rapports sociaux. *Nouvelles pratiques sociales* 26-2, p. 44–61, 2014.

GRECO, L. Présentation de soi et projection en contexte homoparental : la construction langagière d'un projet de famille. *Lidil* 44, p. 43-62, 2011.

GRECO, L. Un soi pluriel : la présentation de soi dans les ateliers Drag King. Enjeux interactionnels, catégoriels et politiques. In: CHETCUTI, N.; GRECO, L. (org.) *La face cachée du genre: Langage et pouvoir des normes*. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2012. p. 63-83.

GRECO, L. (org.). Dossier "Recherches linguistiques sur le genre: bilan et perspectives". *Langage et société* 148, 2014.

GRECO, L. (org.). Dossier "Genre, langage et sexualité : données empiriques". *Langage et société* 152, 2015.

GRECO, L. *Dans les coulisses du genre : la fabrique de soi chez les Drag Kings*. Limoges, Lambert-Lucas, 2018.

GROSGOUEL, R. Vers une décolonisation des "uni-versalismes" occidentaux : le "pluri-versalisme décolonial", d'Aimé Césaire aux zapatistes. trad. N. Filippi et E. Hoch Delgado. In: MBEMBE, A. et al. *Ruptures postcoloniales*. Paris: La Découverte, 2010. p. 119-138.

GUILHAUMOU, J. Un récit construit ensemble. Analyse de discours. In: MÉSINI, B.; PELEN, J-N-E; GUILHAUMOU, J. *Résistances à l'exclusion*. Récits de soi et du monde. Marseille: Publications de l'université de Provence, 2004. p. 269- 302.

GUILHAUMOU, J. Où va l'analyse de discours: autour de la notion de formation discursive, *Marges Linguistiques*. M.L.M.S. Publisher, p. 95-114, 2005.

HARDING, S. *Whose science? Whose knowledge?* Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1991.

HARDING, S. *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. London: Routledge, 2004.

HARDING, S. Repenser l'épistémologie du positionnement : qu'est-ce que 'l'objectivité forte'? . Trad. C. Brousseau, T. Crespo et L. Védie. In: GARCIA, M. *Philosophie féministe. Patriarcat, savoir, justice*, Paris, Vrin, p. 129-187, 2021 [1993].

HARTSOCK, N. The Feminist Standpoint. Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, S. *Feminism and Methodology. Social Science Issues*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press & Open University Press, p. 157-180, 1987 [1983].

HURTADO LÓPEZ, F. Universalisme ou pluriversalisme: Les apports de la philosophie latino-américaine, *Tumultes* 48, p. 39-50, 2017.

HUSSON, A-C. *Les mots du genre. Activité métalinguistique folk et constitution d'un événement polémique*, thèse de doctorat, Université Paris 13, 2018a.

HUSSON, A-C. La contribution des théories féministes du standpoint. Pour une version forte de la perspective folk ; *Les Carnets du Cediscor* 14, p. 78-87, 2018b.

KERGOAT, D. "Ouvriers = ouvrières ? Propositions pour une articulation théorique des deux variables : sexe et classes sociales", *Critiques de l'économie politique*, 5, p. 65-97, 1978.

KERGOAT, D. Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, E. *Sexe, race, classe. Pour une épistémologie de la domination*. Paris: Puf, 2009. p. 111-125.

KING, D. Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness : The Context of a Black Feminist Ideology, *Signs* 14-1, p. 42-72, 1988.

LADNER, J. Introduction to Tomorrow's Tomorrow : The Black Woman. In: HARDING, S. *Feminism and Methodology. Social Science Issues*. Bloomington, Indiana University Press, p. 74-83, 1987.

LÉPINARD, E.; MAZOUZ, S. Cartographie du surplomb. Ce que les résistances au concept d'intersectionnalité nous disent sur les sciences sociales en France. *Mouvements*, 2021. Disponible em: <https://mouvements.info/cartographie-du-surplomb/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

LÉPINARD, E.; MAZOUZ, S. *Pour l'intersectionnalité*. Paris: Anamosa, 2021.

LORDE, A. *Sister Outsider, essais et propos sur la poésie, l'érotisme, le racisme, le sexisme...*, trad. M.C. Calise, G. Gonik, M. Hélie-Lucas e H. Pour, Genève, Mamamélis, 2003 [1984]. Trad. bras. *Irmã outsider: Ensaio e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, M. *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25-4, p. 742-759, 2010.

LUGONES, M. "Attitude joueuse, voyage d'un 'monde' à d'autres et perception aimante", *Les cahiers du CEDREF*, 18, 2011 [1990]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cedref/684>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. "On the Coloniality of Being", *Cultural Studies*, 21:2-3, p. 240-270, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. "À propos de la colonialité de l'être : contributions à l'élaboration d'un concept", trad. C. Bourguignon Rougier. In: BOURGUIGNON ROUGIER, C. et al. (orgs.), *Penser l'envers obscur de la modernité : une anthologie de la pensée décoloniale latino-américaine*. Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2014. p. 134-176.

MARIGNIER, N. *Les matérialités discursives du sexe*. La production du genre dans les discours sur les sexes atypiques, thèse de doctorat, Universités Paris 13 et Sorbonne nouvelle, 2016.

MARIGNIER, N. Pour l'intégration du concept d'agency en analyse du discours. *Langage et société*, 170, p. 15-37, 2020.

MARTIN, H; ROUX, P. "Recherches féministes sur l'imbrication des rapports de pouvoir : une contribution à la décolonisation des savoirs", *Nouvelles Questions Féministes*, 34, 4-13, 2015.

MESTIRI, S. *Élucider l'intersectionnalité. Les raisons du féminisme noir*. Paris: Vrin, 2020.

MOHANTY, S. "Sous le regard de l'Occident : recherche féministe et discours colonial". In: DORLIN, E. (org.). *Sexe, race, classe*. Pour une épistémologie de la domination. Paris: Puf, 2009 [1984]. p. 149-182.

NASH, J. Practicing Love: Black Feminism, Love-Politics, and Post-Intersectionality, *Meridians*, 11-2, p. 1-24, 2011.

NASH, J. *Black Feminism Reimagined after Intersectionality*. Durham and London: Duke University Press, 2019.

POGNOT, L.; SAEZ, J-P. "Pour un autre récit de la diversité". *L'Observatoire*, 56, 2020.

PAVEAU, M-A. *Les prédiscours*. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2006. Trad. bras. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Trad. Graciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, M-A. *Langage et morale*. Une éthique des vertus discursives. Limoges: Lambert-Lucas, 2013. Trad. bras. Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas. Trad. de I. Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PAVEAU, M-A. Réalité et discursivité. D'autres dimensions pour la théorie du discours, *Semen*, 34, p. 95-115, 2012.

PAVEAU, M-A. Le blanc du noir. De l'emploi oppressif du nom propre. *La pensée du discours* [carnet de recherche], 2016. Disponível em: <https://penseedudiscours.hypotheses.org/14558>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PAVEAU, M-A. *L'analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017. Trad. bras. Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas. Trad. J. Lourenço e R. Baronas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PAVEAU, M-A. Le genre: une épistémologie contributive pour l'analyse du discours. In: HUSSON, A-C et al. *Le(s) genre(s)*. Définitions, modèles, épistémologie. Lyon: ENS Éditions, 2018. p. 79-95.

PAVEAU, M-A. La linguistique hors d'elle-même. Vers une postlinguistique. *Les carnets du Cediscor*, 14, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1478>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PÊCHEUX, M. Le discours : structure ou événement. In: MALDIDIER, D. (prés.). *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1983. p. 303-323.

QUEMENER, N. Trouble dans l'intersectionnalité: enjeux définitionnels et méthodologiques. *L'Observatoire*, 56, p. 42-44, 2020.

RAUS, R. (org.). Partage des savoirs et influence culturelle : l'analyse du discours "à la française" hors de France. *Essais francophones*, 6, GERFLINT, 2019.

SIBEUD, E. (org.). "Décolonisation et sciences humaines". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 24, 2021.

TLOSTANIVA, M. Toutes les femmes sont russes, tous les Caucasiens sont des hommes ? Intersectionnalité, pluriversalité et les autres genre-e-s des frontières eurasiennes. *Les cahiers du CEDREF*, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cedref/830>. Acesso em: 5 mar. 2023.

VERGÈS, F. *Un féminisme décolonial*. Paris: La fabrique, 2019. Trad. bras. Um feminismo decolonial. Trad. J. P. Dias e R. Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

Recebido em 03/07/2023.

